

# (IN)SEGURANÇA PÚBLICA: CARTOGRAFIA DE RELAÇÕES ENTRE DISPOSITIVOS DE VIGILÂNCIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIAS EM ESPAÇOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS

**Resumo:** Este trabalho aborda a associação entre dispositivos de vigilância e produção de segurança pública, concebendo a (in)segurança como resultado de múltiplos elementos que se conectam em redes sociotécnicas. Analisa, assim, algumas correlações existentes entre dispositivos de vigilância, práticas e concepções vigentes de segurança pública referentes ao controle da criminalidade e à prevenção de violências. Os altos investimentos dos órgãos de segurança pública em dispositivos tecnológicos de vigilância para o controle de crime e práticas violentas são resultantes de decisões políticas, além de técnicas, e envolvem a configuração de redes sociotécnicas de atores, exercício de poder e conhecimento. A pesquisa está sendo realizada no Brasil (Rio de Janeiro e Santa Catarina) e na Bélgica (Bruxelas), por meio da cartografia das controvérsias e acompanha algumas controvérsias relacionadas às concepções vigentes de segurança pública e instalação de dispositivos de vigilância quanto à eficiência e à eficácia de sua utilização, à liberação de recursos ou não pelos governos, à definição das áreas a serem monitoradas e aos efeitos que produzem na sociabilidade e modos de subjetivação. Por meio da cartografia das controvérsias, busca-se evidenciar atores, vinculações e agências envolvidos na configuração de jogos de forças, dando visibilidade às associações dos atores e ao que está em disputa, auxiliando na compreensão das práticas contemporâneas de vigilância e dos processos de construção e estabilização das redes sociotécnicas para a produção de segurança. Os resultados do estudo poderão contribuir para avançar na compreensão de temas tão complexos e multifacetados que se desdobram na análise das ações atuais de agências de segurança, demandas de pessoas que circulam nos espaços urbanos pesquisados, bem como na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas relacionadas à segurança pública. A pesquisa está sendo realizada com bolsa de pós-doutorado da Research Support Foundation of the State of Rio de Janeiro FAPERJ.

**Palavras-chave:** vigilância, violência, segurança pública, cartografia das controvérsias.

---

IRME SALETE BONAMIGO<sup>1</sup>  
ROSA MARIA LEITE RIBEIRO PEDRO<sup>2</sup>  
LUCAS MELGAÇO<sup>3</sup>

## (In)Seguridad pública: cartografía de relaciones entre dispositivos de vigilancia, política pública y violencias en espacios urbanos contemporáneos

**Resumen:** En este trabajo se aborda la asociación entre dispositivos de vigilancia y producción de seguridad pública, concebido (in)seguridad como resultado de muchos elementos que se conectan en redes sócio-técnicas. De esta manera, analiza algunas correlaciones existentes entre dispositivos de vigilancia, prácticas y conceptos actuales de la seguridad pública conectados al control de la delincuencia y la prevención de las violencias. Las grandes inversiones de los órganos de seguridad pública en los dispositivos de vigilancia tecnológica para el control de la delincuencia y de las prácticas violentas son el resultado de decisiones políticas y técnicas, involucran la configuración de redes socio-técnicas de actores, ejercicio del poder y del conocimiento. Mediante la cartografía de las controversias, se busca mostrar actores, vinculaciones y organismos involucrados en la configuración del juego de fuerzas, dando visibilidad a las asociaciones de los actores y lo que está en competición, ayudando en la comprensión de las prácticas contemporáneas de vigilancia y de los procesos de construcción y estabilización de las redes socio-técnicas para la producción de seguridad. Los resultados del estudio puede ayudar a avanzar en la comprensión de cuestiones complejas y variables que se despliegan en el análisis de las acciones actuales de las agencias de seguridad, en las demandas de las personas que se mueven en los espacios urbanos donde se pondrá la investigación, así como la formulación, aplicación y evaluación de políticas públicas relacionadas con la seguridad pública. La investigación está siendo llevada a cabo por medio de la beca Post -Doctoral FAPERJ.

**Palabras clave:** vigilancia, violencia, seguridad pública, cartografía

## Public (in)security: cartography of relations between surveillance devices, public policies and violence in contemporary urban spaces

**Abstract:** This study discusses the association between surveillance devices and public security production devices, producing (in)security as a result of multiple elements that are connected in socio-technical networks. It analyzes, therefore, some correlations between surveillance devices, practices and current concepts of public security related to crime control and prevention of violence. The high investments of public security agencies in technological surveillance devices for crime control and violent practices are the result of technical and political decisions and involve the configuration of socio-technical networks of actors, exercise of power and knowledge. The research is being conducted in Brazil (Rio de Janeiro and Santa Catarina) and Belgium (Brussels), through the method of the cartography of controversies and follows some controversies related to current conceptions of public security and the installation of surveillance devices considering the efficiency and effectiveness of their use, the release of funds or not by governments, the definition of areas to be monitored and the effects that may produce sociability and modes of subjectivity. Through the cartography of controversies, we seek to highlight actors, linkages and agencies involved in the power play, giving visibility to the associations of the actors and which are in dispute, assisting in the understanding of the contemporary practices of surveillance and construction and stabilization processes of socio-technical networks to the production of security. The study results could help in the understanding of complex and multifaceted issues that unfold in the analysis of current security agencies, demands of people moving in the analyzed urban areas, as well as the formulation, implementation and evaluation of public policies related to public security. The research is being conducted with postdoctoral fellowship from FAPERJ.

**Keywords:** surveillance, violence, public security, cartography

## INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade contemporânea as tecnologias têm sido traduzidas como dotadas de alta potencialidade na contraposição às violências e à insegurança social. Os dispositivos tecnológicos de controle e vigilância, em especial o sistema de videomonitoramento<sup>4</sup>, estão sendo cada vez mais utilizados por órgãos de segurança pública. Concebidos como ferramentas de registros de práticas criminais, de investigação policial e de prevenção da criminalidade, os dispositivos tecnológicos de vídeovigilância visam capturar imagens para ampliar a visibilidade em espaços

onde a polícia não está fisicamente presente e para constituir bancos de dados que podem ser consultados a qualquer momento.

Os dispositivos de controle e vigilância colocam em funcionamento uma tecnologia híbrida que pode ser compreendida como uma rede sociotécnica (LATOURE, 2001), composta pela vinculação entre diferentes entidades heterogêneas, híbridas de natureza-cultura, do científico, do político e do tecnológico<sup>5</sup>. O seu desempenho é sustentado por atores humanos e não-humanos (LATOURE, 2006), sendo o controle e a vigilância um efeito dessa rede. No sistema de videomonitoramento, por exemplo, cabe às câmeras captar as imagens no exato momento em que elas acontecem, ao mesmo tempo cabe aos operadores considerar a pessoa da imagem suspeita ou não para acionar policiais (que estão associados às suas armas e viaturas), arquivar imagens em banco de dados, transformar ações em estatísticas. Essas estatísticas atuarão de modo a sustentar decisões tais como o incremento do número de câmeras e/ou de policiamento presencial.

Em uma rede sociotécnica há troca de propriedades entre humanos<sup>6</sup> e não-humanos<sup>7</sup> que estão entrelaçados, denominada por Latour (2001, 216) de delegação, definição que diz respeito à distribuição e à troca contínua entre humanos e não humanos, na qual a atuação dos não humanos transforma a ação humana e pode abranger três deslocamentos: atorial (as câmeras de monitoramento passam a constituir um novo personagem que produz determinados efeitos); espacial (o novo ator ocupa um determinado espaço nas ruas); temporal (as câmeras podem estar presentes o tempo todo e substituir os policiais). É necessário considerar também que “os atores se conectam pela tradução<sup>8</sup> [...] eles próprios traduzem a si mesmos e aos demais e, ao mesmo tempo, são traduzidos”. (CASTRO; PEDRO, 2013, 354).

É importante analisar que esses dispositivos constituem uma instância de subjetivação coletiva (GUATTARI, 1992), já que sua presença implica na produção ou modificação de modos de perceber, pensar e sentir de indivíduos e grupos. Assim, participam ativamente da “reordenação dos modos de ver e de ser visto” (BRUNO; KANASHIRO; FIRMINO, 2010, 7) e da produção de informações sobre as pessoas e suas ações, produzindo “efeitos de subjetividade e sociabilidade” (CASTRO; PEDRO, 2010, 37).

Este artigo tem como base parte da pesquisa de pós-doutorado em andamento e discute a experiência da instalação de câmeras de videomonitoramento no Brasil, (Chapécó e Rio de Janeiro) e Bélgica (região de Bruxelas). O objetivo é identificar elementos que possibilitem apreender algumas práticas contemporâneas de vigilância e processos de construção e estabilização de redes sociotécnicas para a produção de segurança, articulados às políticas públicas que as legitimam.

## MÉTODOS

Este artigo se trata de parte da pesquisa de pós-doutorado mais ampla, em andamento, que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), orientada pela prof<sup>a</sup> Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, com período de

estágio na Vrije Universiteit Brussel (VUB) como pesquisadora visitante, orientada pelo prof. Lucas Melgaço. Neste artigo está sendo utilizada como fonte apenas a pesquisa bibliográfica resultante de publicação de resultados de estudos sobre videovigilância realizados em Santa Catarina (Bonamigo, 2007, 2013; Bonamigo & Chaves, 2015), no Rio de Janeiro (Cardoso, 2013; Castro, 2013; Castro & Pedro, 2015) e Bruxelas (Keersmaecker & Debailleul, 2016).

A pesquisa tem seus fundamentos teórico-metodológicos vinculados à Teoria Ator-Rede (TAR), cunhada por Bruno Latour, Michel Callon, John Law, entre outros autores. A TAR contribui na análise de associações heterogêneas, seus mecanismos de consolidação ou transformação, de forma a não as reduzir nem a um ator, nem a uma rede, mas à composição ator-rede *quefaz-fazer*, sendo compreendidas como efeitos de conexões entre diversos atores que engendram práticas e discursos. A noção de rede remete a um paradigma ligado a um pensamento das relações, em oposição a um pensamento das essências (Serres, 1968). Por meio da cartografia das controvérsias (Latour, 2000, 2005, 2012; Venturini, 2010) busca-se evidenciar atores, vinculações e agências envolvidas na configuração de jogos de forças, dando visibilidade às associações dos atores e ao que está em disputa, buscando compreender as práticas contemporâneas de vigilância e os processos de construção e estabilização das redes sociotécnicas para a produção de segurança.

## EXPERIÊNCIAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NA REGIÃO DE BRUXELAS

A pesquisa de Keersmaecker e Debailleul (2016)<sup>9</sup>, realizada em 2014 e atualizada em 2016, mapeou a distribuição espacial das câmeras em ruas da região de Bruxelas, analisou relatórios de polícia e de autoridades da cidade em jornais locais e conduziu entrevistas semi-estruturadas com 16 entrevistados (polícia, agentes de segurança que monitoram as câmeras e chefes e autoridades locais e regionais). O objetivo dos autores foi esclarecer os processos e razões que estão por trás da localização do câmeras. Para complementar e verificar a confiabilidade dos dados foi realizado trabalho de campo para a identificação de cada câmera no local de sua instalação. Segundo os autores, a abordagem empírica no estudo do videomonitoramento<sup>10</sup> em Bruxelas foi adotada pela primeira vez.

Em uma análise histórica os autores identificaram que a primeira câmera de vigilância foi instalada pela primeira vez em 1968 pela empresa de transportes públicos STIB / MIVB para monitorar plataformas de metrô e estandes de vendas. Em seguida, em 1990, foram surgindo esporadicamente no espaço público. O Campeonato Europeu de Futebol, em 2000, foi um motivo para a sua instalação nos arredores do estádio de Heysel e simultaneamente foram colocadas no pequeno anel viário que cerca o pentágono (área central de Bruxelas), com a finalidade de regulação do tráfego. Em 2003, o governo regional disponibilizou um orçamento de 1,5 milhões de euros para ajudar os municípios a instalarem os equipamentos em seus próprios territórios. Mas, apesar dos primeiros sistemas de videomonitoramento serem iniciados pelos municípios, o controle foi gradativamente deslocado para as zonas de polícias, sendo unificada em 2000

com novas salas de controle nas principais estações de polícia. No período mais recente houve uma coordenação mais direta pelo governo, com o planejamento de quatro fases: a instalação de 230 câmeras na área policial de Ixelles, entre 2005 e 2015, com orçamento de 10 milhões de euros, 130 câmeras na área policial de Bruxelas do Norte (6 milhões) e 108 câmeras na área policial de Bruxelas do Sul (previsto término em 2016).

Keersmaecker e Debailleul (2016) avaliam que essas iniciativas de grande escala proporcionaram um salto qualitativo nas tecnologias de vigilância por vídeo, como câmaras inteligentes que detectam comportamentos suspeitos automaticamente por meio da aplicação programada da análise de conteúdo de vídeo (VCA). Além disso, a empresa de transportes públicos STIB / MIVB vai completar a reforma das estações de metrô que abrange uma rede intensa de vigilância por vídeo, totalmente financiada pelo governo da região de Bruxelas capital. Segundo os autores, a empresa de transporte é a maior proprietária na região com 1800 câmeras em edifícios e 4000 em veículos e este número será dobrado quando o metrô estiver totalmente automatizado e implementado.

Os autores ainda descrevem que o videomonitoramento atualmente está muito disperso e as autoridades regionais preferem um sistema centralizado. Há em andamento o estudo para a implementação de uma rede regional pela Brussels Regional Informatics Centre (BRIC). No entanto, autoridades locais entrevistadas por Keersmaecker e Debailleul (2016) não mostraram entusiasmo pela ideia, pelo receio de perder o controle na gestão das “suas” câmeras de videomonitoramento.

Com relação às razões para o desenvolvimento do sistema de videovigilância pública em Bruxelas, Keersmaecker e Debailleul (2016) analisam que: (a) é utilizado como um meio de urbanismo defensivo (minimizar os riscos e maximizar o controle, em um quadro jurídico bastante permissivo com inovações tecnológicas e práticas policiais); (b) as câmeras estão concentradas principalmente nos centros de consumo (lojas, lugares turísticos, transportes), bem como nas áreas mais socioeconomicamente desfavorecidas, especialmente se estas áreas têm uma grande população “não-ocidental” e estão localizadas a uma curta distância do centro da cidade. O aumento da vigilância destes dois tipos de espaço em que coexistem pode ser explicado pelo fato de que, num contexto de uma economia globalizada capitalista, aumentou a competição entre cidades e parte da estratégia de uma cidade para atrair capital internacional é tornar o seu ambiente “mais seguro”. Os autores avaliam também que a abordagem espacial forneceu uma melhor compreensão da tecnologia do videomonitoramento, pois destacou sua distribuição desigual em todo o território, e mostrou que está destinada a proteger interesses determinados e monitorar grupos sociais específicos.

## **EXPERIÊNCIAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NO RIO DE JANEIRO**

Cardoso (2013) identifica a expansão do sistema de videovigilância associada aos Jogos Pan-Americanos de 2007 e aos recursos recebidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública

(Senasp), com o objetivo de produzir mais segurança durante o evento internacional. Castro (2013) refere o uso de câmeras de monitoramento como estratégia privilegiada do SESEG/RJ para a produção de segurança e prevenção de crimes, em 2010. Naquele momento só a favela Santa Marta possuía câmeras, já em 2013 outras comunidades também passaram a ter esses equipamentos instalados, em uma aliança entre poder público e iniciativa privada. A escolha do Rio de Janeiro como sede da Copa do Mundo de 2013 e das Olimpíadas 2016 foi outro fator que multiplicou o investimento em câmeras de vídeo, tanto de capital privado nacional e internacional como de investimento por parte dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal). Assim, segundo castro (2013), o crescimento das práticas de vigilância/monitoramento e o aumento do número de câmeras materializaram-se na construção e funcionamento do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

O CICC está localizado na Praça 11 e é apresentado pela Secretaria de Segurança estadual do Rio de Janeiro, em seu site, como o maior centro de tecnologia de segurança da América Latina. Integra diferentes órgãos do estado, município e governo federal: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal, Defesa Civil e Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio (Cet-Rio).

Desde 2010 o Rio de Janeiro também conta com o Centro de Operações Rio (COR) que atua no gerenciamento e controle urbano e possui 560 câmeras instaladas por toda a cidade. Segundo Castro (2013, 44), o COR foi construído em quatro meses pela Prefeitura do Rio e procura articular “as informações e ações de, aproximadamente, trinta órgãos públicos e concessionárias integrando imagens de câmeras de trânsito, mapas de satélite, radares, relatórios meteorológicos etc.” Há parceria entre o CICC e o COR.

Castro (2013) analisa que ambos os centros utilizam as câmeras de vídeo, com ações de monitoramento da cidade com diferentes objetivos: o CICC busca promover a segurança por meio do combate ao crime e à violência e o COR visa promover segurança por meio da regulação dos fluxos da cidade, no sentido de garantir a mobilidade mesmo diante de situações de emergência. Para o autor, os dois centros, pela organização em forma de rede e composição heterogênea, colocam em prática formas de governo à distância, com atuações que se distribuem entre vários atores em um exercício sutil de controle e intervenção apenas quando necessário.

## **EXPERIÊNCIAS DE VIDEOVIGILÂNCIA EM CHAPECÓ**

Estudos realizados (Bonamigo, 2007, 2013; Bonamigo & Chaves, 2015) sobre violências, segurança pública e videomonitoramento em Chapecó<sup>11</sup>, Santa Catarina, Brasil, acompanharam os movimentos de órgãos públicos e privados que culminaram na instalação de câmeras de monitoramento na cidade. Apesar da consolidação atual dessa tecnologia de vigilância, o seu uso no município é recente e fruto de um processo de elaboração de projeto, mobilização de atores e recursos para a aquisição dos equipamentos, que iniciou com uma câmera experimental

em abril de 2005.

Essa primeira experiência não obteve os recursos pretendidos para a aquisição e instalação das câmeras de monitoramento, nem do Estado e nem da iniciativa privada. Houve uma tentativa, por parte de seus articuladores, de apresentação do projeto para financiamento na Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), mas não foi aprovado. No entanto, a mobilização não foi em vão, já que foram lançadas as justificativas da importância do monitoramento eletrônico e a legitimação da sua existência ao ser associada à vigilância ao controle de práticas violentas (Bonamigo, 2013). A efetivação do projeto aconteceu seis anos depois, em abril de 2011, por meio de um convênio estabelecido entre o município e o governo do estado de Santa Catarina, que instituiu o Programa Chapecó Segurança Máxima pela Lei nº 5989 (de 26 de abril de 2011) e teve como resultado a instalação de 186 câmeras de monitoramento em diferentes locais da cidade (Prefeitura De Chapecó, 2013).

O sistema de videomonitoramento é uma tecnologia que requer um grande volume de recursos para a sua aquisição e manutenção e cria expectativas de efeitos de segurança. Bonamigo e Chaves (2015) identificaram que a persistência da sensação de insegurança e acontecimentos relacionados a possíveis falhas operacionais e/ou a limites do próprio sistema de monitoramento têm gerado desconfiança da população quanto a eficiência e a eficácia da tecnologia do videomonitoramento, o que tem requerido constantes justificativas de legitimação dessa tecnologia de vigilância por gestores de políticas públicas de segurança.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa é que a vigilância por meio das câmeras de monitoramento, no cotidiano, não se dá de forma linear e total. Há zonas de sombra que impedem a vigilância máxima: as câmeras de vídeo não conseguem atingir todos os lugares e regiões; as tecnologias de segurança também podem ser apreendidas pelas pessoas que se quer controlar, necessitando de inovações permanentes e há uma infinidade de possibilidades de resistir e subverter dispositivos de controle. Com relação aos locais de instalação das câmeras de monitoramento, as regiões e as pessoas são diferentemente concebidas e pensadas no município: há pessoas e espaços protegidos e há pessoas e espaços vigiados.

Outra informação a ser destacado é o Programa Bem-Te-Vi: Segurança por Videomonitoramento em Santa Catarina, lançado em 2012 pela Secretaria de Segurança Pública do estado. Este programa possibilita o acesso concomitante das imagens tanto à Polícia Militar como à Polícia Civil e promove o acesso integrado das imagens entre as diversas cidades monitoradas.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O estudo do sistema de videomonitoramento, assim como a localização das câmeras, possibilita apreender modos atuais de gestão das cidades e lógicas das economias políticas locais, ao situar-se no cruzamento de interesses econômicos privados, interesses políticos locais e na legitimação da tecnologia como solução para a (in)segurança pública. As experiências de videomonitoramento

descritas torna visíveis práticas contemporâneas de vigilância distribuídas entre os atores, tecidas na composição e estabilização das redes sociotécnicas, traduzidas como produtoras de segurança e articuladas às políticas públicas que as legitimam.

As experiências de videovigilância descritas em três espaços diversos possuem particularidades relacionadas às cidades, estados e países. No entanto é possível realizar algumas análises vinculadas à apreensão das condições que possibilitaram a aquisição e o uso desta tecnologia. Em Bruxelas a emergência das câmeras de monitoramento foi gradativa e houve investimento privado e público, já nas duas cidades brasileiras são recentes. Os eventos internacionais tiveram um papel importante na intensificação do uso da tecnologia, mobilizando interesses e recursos tanto privados como públicos no Rio de Janeiro (Copa do Mundo e Olimpíadas) e em Bruxelas (Campeonato Europeu de Futebol), demandando maior produção de segurança ou pelo menos da “sensação de segurança”. Já em Chapeco, houve um período de mobilização para a instalação dos dispositivos de videovigilância, iniciado em 2005 e concretizado em 2011, com o investimento de recursos do estado de Santa Catarina e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), tendo em vista a política nacional de incentivo do uso dessa tecnologia. Os recursos regionais, nacionais e/ou internacionais foram significativos para a instalação de equipamentos nas três cidades descritas, pois a tecnologia requer um grande volume de recursos.

Percebe-se, ainda, o delineamento da tendência de centralização e integração da videovigilância tanto de diferentes órgãos como no Rio de Janeiro e Santa Catarina, como de diferentes municípios no caso de Santa Catarina. Mesmo no caso de Bruxelas há movimentos para a centralização do videomonitoramento por meio da ligação das redes das diferentes áreas de polícia com o Porto de Bruxelas, corpo de bombeiros, transporte público e Ministério da Mobilidade. Ainda, todas as experiências descritas foram acompanhadas da produção constante de discursos referentes à eficácia das câmeras de vídeo, associando-as a produção de segurança e a diminuição de práticas violentas.

Para Pedro e Castro (2015), as práticas de vigilância/monitoramento por meio das câmeras de vídeos visando à segurança e a manutenção da ordem parece ser uma política irreversível. Mesmo quando falhas são identificadas, a resposta é a intensificação do uso das próprias câmeras, em uma tentativa de resolver problemas da tecnologia com mais tecnologia. Pedro e Castro (2015, 231) destacam que “embora sua eficácia no combate aos crimes seja discutível, esses dispositivos inegavelmente potencializam a capacidade de vigilância das polícias [...] à distância” o que não necessariamente traduz-se em mais segurança para a população. Ressaltam, assim, a necessidade de se questionar e problematizar no campo das políticas públicas a utilização das câmeras na gestão das cidades. Melgaço (2010, 248) chama a atenção para os efeitos que podem ser provocados por um território vigiado, pois além de não combater o medo pode reforçá-lo, constituindo-se em fonte de segurança para alguns, mas de violência para outros.

É importante considerar que “as decisões acerca dos dispositivos tecnológicos de vigilância [...] são tanto políticas, quanto técnicas e, portanto, produzidas por um jogo de forças onde exercício

de poder, conhecimento técnico e imprevisibilidade se fazem presentes” (Castro & Pedro, 2010, 59). Afinal, “nossas tecnologias [...] reproduzem e dão corpo ao jogo complexo de vetores técnicos, econômicos e políticos” (Bijker & Law (1997, 7).

## NOTAS

1. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio na Vrije Universiteit Brussel (VUB) como pesquisadora visitante. Professora do Programa Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e do Curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Brasil.
2. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Membro do Lavits.
3. Professor do Departamento de Criminologia e membro do Grupo de Pesquisa Crime e Sociedade da Vrije Universiteit Brussel, Bélgica. Membro do Lavits.
4. As expressões videovigilância e videomonitoramento são utilizadas neste texto como sinônimos.
5. O princípio de simetria generalizada (LATOURET; WOOLGAR, 1997) nos permite desestabilizar distinções tradicionalmente feitas entre esses elementos, pois propõe tratar de modo igual e nos mesmos termos a natureza e a sociedade. Desse modo, tanto humanos quanto não humanos (objetos, equipamentos, dispositivos tecnológicos, entre outros) constituem-se atores (agentes, actantes) quando produzem efeitos na rede a que estão vinculados e compõem o que Latour (2001) denominou coletivo sociotécnico.
6. Por exemplo: policial militar que faz monitoramento, policial civil que tem acesso às imagens, pessoa que está sendo filmada, etc.
7. Câmeras, equipamentos que arquivam imagens gravadas e demais dispositivos técnicos.
8. A denominação tradução refere-se ao significado linguístico (transposição de uma língua para outra) e ao significado geométrico (transposição de um lugar para outro). O processo de tradução envolve “a interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam”, oferecendo “novas interpretações desses interesses” e canalizando “pessoas para direções diferentes” (LATOURET, 2000, 194).
9. Artigo publicado em inglês e traduzido pelos autores.
10. Denominados pelos autores de Circuito Fechado de Televisão (CCTV), referindo-se às câmeras utilizadas para monitorar pública espaço pelas autoridades públicas ou pela polícia.
11. Município com população estimada em 209.553 mil habitantes, no ano de 2016.

## REFERÊNCIAS

- Bruno, F. (2009). Vídeo-vigilância e mobilidade no Brasil. In: Josgrilberg, F., & Lemos, A. *Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil*. Salvador: EDUFBA.
- Bruno, F., Kanashiro, M., & Firmino, R. (Org.) (2010). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina.
- Bonamigo, I. S. (2007). *Violências na contemporaneidade: etnografia de redes sociotécnicas na cidade de Chapecó (SC)*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2007.
- Bonamigo, I. S. (2013). Novas tecnologias de vigilância e a gestão de violências. **Fractal, Rev. Psicol.** [on-line], v. 25, n. 3, 659-674.
- Bonamigo, I. S., & Chaves, L. C. (2015). Sistema de videomonitoramento na segurança pública em Santa Catarina: a experiência de Chapecó e o Programa Bem-te-vi. In: Pimentel, L.O, Zibetti, F.W., & Ziegler Filho, J. A. *Inovações tecnológicas e legislativas em segurança pública*. Ciência Tecnologia e Inovação em Segurança Pública III. Florianópolis: FORMATTO-A Produções Editoriais.
- Cardoso, B. V. (2013). Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: Planos e discursos sobre o legado em segurança pública. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, 119-148, jul./dez.
- Castro, R. B. (2013). *Dispositivos de segurança: performances de governo articuladas às câmeras de vídeo*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, Rio de Janeiro.
- Castro, R. B.; Pedro, R. M.L.R. (2010). Redes de vigilância: a experiência da segurança e da visibilidade articulada às câmeras de monitoramento urbano. In: Bruno, F., Kanashiro, M., & Firmino, R. (2010). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina.
- Castro, R. B.; Pedro, R. M.L.R. (2013). Experiências da vigilância: subjetividade e sociabilidade articuladas ao monitoramento urbano. *Psicol. Soc.* [on-line], v. 25, n. 2, 353-361, 2013.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- Latour, B. (2005). *La cartographie des controverses*. Recuperado de <http://www.technologyreview.fr/?id=65> em 03 nov. 2013.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC.
- Latour, B. (2006). *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.
- Latour, B., & Woolgar, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. (A. R. Vianna, Trad.). Rio

de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

Keersmaecker, P., & Debailleul, C. (2016). The spatial distribution of open-street CCTV in the Brussels - Capital Region. *Brussels Studies*, Number 104, October 10th.

Melgaço, L. (2010). *Securização urbana: da psicofera do medo à tecnosfera da Segurança* (Tese de doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PREFEITURA DE CHAPECÓ (2013). *Segurança Pública: Novas câmeras de monitoramento na Grande Efapi apresentam resultados positivos*. 08 mar. 2013. Recuperado de <http://www.chapeco.sc.gov.br/noticias/2494-seguranca-publica-novas-cameras-de-monitoramento-na-grande-efapi-apresentam-resultados-positivos.html>; em: 25 fev. 2014. Recuperado de <http://www.brusselsstudies.be/>, em 30 out, 2015.

Serres, Michel (1968) apud Musso, (2013). A filosofia da rede. In: PARENTE, André. (org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina.

Venturini, T. (2010). Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. *Public understanding of Science* 19.3, 2010: 258-273. Disponível: <http://www.tommasoventurini.it/wp/wp-content/uploads/2011/08/DivingInMagma.pdf>. Acesso em 3 de maio de 2015.